



A LOCOMOTIVA DO TEMPO DA HISTÓRIA: O RÁDIO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚ- LIO VARGAS – 1930 A 1945

THE HISTORY'S LOCOMOTIVE OF TIME: THE RADIO DURING THE FIRST GETÚ-
LIO VARGAS'S GOVERNMENT – 1930 TO 1945

JOANIR FERNANDO RIGO*

RESUMO

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, 1930 a 1945, o Rádio exerceu papel relevante para as intenções do governo. Além de ter sido empregado como ferramenta política, o Rádio pode ter contribuído para que a percepção do tempo dos acontecimentos fosse abreviada. O presente artigo busca analisar se o conceito de Reinhart Koselleck sobre aceleração do tempo na história seria aplicado ao uso do Rádio durante o referido período. Ao final, verificou-se que não apenas a velocidade das comunicações se transformou no período em função da nova tecnologia, como também o seu emprego pode ter contribuído para rápidas mudanças sociais ocorridas. O Rádio foi naquele contexto a “locomotiva” da experiência de abreviação temporal.

Palavras-chave: Rádio; Getúlio Vargas; História de Conceitos; Aceleração na História; Koselleck.

ABSTRACT

The radio has played a significant role during Getúlio Vargas' first government in Brazil – 1930-1945. In addition to being used as a political tool, the radio may have contributed to the perception that the time of events was shortened. This paper aims to analyse whether Reinhart Koselleck's concept of time acceleration in history could be applied to the use of Radio during that period. By the end of this study, it was found that not only the speed of communications changed due to the new technology, but also its use may have contributed to the rapid social changes that took place. The radio was, in that context, the “locomotive” of time acceleration experience.

Keywords: Radio; Getúlio Vargas; Conceptual History; Acceleration of history; Reinhart Koselleck.

* Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).
rigojoanirfernando@gmail.com

Recebido em 10-6-2022 | Aprovado em 14-7-2022



SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO; 1 O CICLO REVOLUCIONÁRIO DOS ANOS 1930-1945;
2 O TEMPO HISTÓRICO E A ACELERAÇÃO NA HISTÓRIA; 3 O RÁDIO COMO LOCOMOTIVA DO TEMPO
HISTÓRICO; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.**

■ INTRODUÇÃO

O Rádio teve funções relevantes como ferramenta de governo ao longo do primeiro governo de Getúlio Vargas como Presidente do país (1930-1945). O presente trabalho visa a verificar se o rádio também teve influência na percepção do próprio tempo no período, mais especificamente, para a aceleração deste. A hipótese central do presente artigo é a de que o Rádio foi sim um elemento de aceleração no tempo histórico, tendo servido para integralizar a sociedade e como fator de antecipação de mudanças sociais.

Para a análise, será utilizado o conceito de aceleração na história, conforme proposto por Reinhart Koselleck e publicado no livro *História de Conceitos*. Também foram feitas consultas à bibliografia da e sobre a época estudada e a artigos de jornais, os quais serviram para demonstrar a percepção cotidiana a respeito do ritmo de vida dos anos 1930 a 1945, bem como do emprego do Rádio nesse contexto.

1 O CICLO REVOLUCIONÁRIO DOS ANOS 1930-1945

“O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação”, era assim que José Américo de Almeida intitulava seu livro, em 1934, descrevendo a sua gestão à frente do Ministério de Viação e Obras Públicas, ocorrida durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas – 1930 a 1934. No livro, Américo expunha tudo o que foi feito pelo seu Ministério até aquela data para o desenvolvimento de diversos setores da infraestrutura nacional, especialmente a ampliação de malhas ferroviárias, construção de estradas, modernização e ampliação do sistema de rádio, telégrafos e correios etc¹.

As expressões empregadas por Américo no título de sua obra transmitem uma ideia dúplex. “Ciclo” pode descrever um período do tempo que se findara e em que se completou algo. No caso, o que se completou teria sido a Revolução, que admite, no contexto descrito por Américo, mais de um significado: pode se referir tanto à “Revolução de 1930²”, quanto ao

¹ ALMEIDA, José Américo de. *O Ciclo Revolucionário do Ministério de Viação*. Fundação Casa de José Américo, 1982 (1ª ed. 1934).

² No contexto da década de 1930 e dos textos produzidos posteriormente, há disputas a respeito de se teria sido Revolução ou Golpe o movimento que alçara Getúlio Vargas ao Poder em 1930. Não nos parece que o movimento comportaria o conceito moderno de Revolução segundo o qual teria que haver, necessariamente, distúrbios violentos que fossem conduzir a uma guerra civil. Por outro lado, poder-se-ia argumentar que houve uma mudança estrutural de longo prazo, prolongando-se para o futuro. Esse segundo significado mais parece se

que foi por ele, Américo, realizado no Ministério de Viação e Obras Públicas, que se diferenciaria em muito, segundo o próprio autor, do que havia sido desenvolvido por governos anteriores. Revolucionário nessa segunda acepção seria uma metáfora a indicar um movimento de profunda transformação e mudança em comparação ao estado de coisas que havia antes³, revolucionário poderia ser, para Américo, quase como que um sinônimo de progresso⁴ que, na expressão de Koselleck, resumiria “a experiência de um tempo novo⁵”.

De fato, ocorreram muitas mudanças no país durante o Governo Provisório, as quais foram, posteriormente, incorporadas pela Constituição de 1934. Esse período foi marcado por uma profunda e acelerada produção normativa⁶ – praticamente toda ela por meio de Decretos do Poder Executivo Federal – que visava a desmontar a máquina política da Primeira República, centralizar e unificar o Poder Executivo Federal, criar um aparelho burocrático-administrativo, planejar e intervir na economia, nacionalizar recursos estratégicos – como as águas e o subsolo – etc.⁷.

Estendendo o olhar para os quinze anos do primeiro governo Vargas, 1930 a 1945, é possível observar ali uma fase crucial para a “constituição do ‘capitalismo industrial’ e do Estado capitalista no Brasil⁸”. Tal período marcou a “primeira fase da industrialização brasileira – *industrialização restringida* – amadurecia também um projeto de industrialização pesada^{9,10}”, tendo condensado,

encaixar no contexto do movimento de 1930, ainda que não tenha havido uma alteração tão profunda na organização estatal (seguiu sendo uma república presidencialista), o país a partir de 1930 passou por uma significativa transformação no sentido burocrático, administrativo, econômico etc. Desse modo iremos tratar o movimento de 1930 como Revolução de 1930.

³ Nesse segundo significado possível para o título de Américo, “revolução” seria compreendida como uma mudança estrutural de longo prazo, conforme descrito por Koselleck no Capítulos XII, página 252, de seu História de Conceitos, um conceito perspectiva que comparava aquele momento atual ao estado de coisas que se havia antes. Nesse sentido ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro e Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC-Rio 2006. P. 71.

⁴ Progresso entendido aqui como conceito reflexivo e orientado para o futuro, conforme descrito por Koselleck “(...) Em outras palavras, a expressão é uma categoria transcendental na qual as condições do conhecimento convergem com as condições do agir e do ato”. KOSELLECK, 2020, op. cit., p. 87.

⁵ KOSELLECK, 2020, op. cit., p. 177.

⁶ Sobre a produção normativa pré-constituição de 1934, ver: HOCHHEIM, Bruno Arthur. *Federalismo, centralização e intervenção estatal: os debates na Comissão do Itamaraty (1932-1933)*. 2017. 342 f. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

⁷ BERCOVICI, Gilberto. Tentativa de Instituição da Democracia de Massas no Brasil: Instabilidade Constitucional e Direitos Sociais na Era Vargas (1930-1945). In FONSECA, Marcelo/SEELAENDER, Airton (orgs.). *História do Direito Público em Perspectiva*. Do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2012. p. 376.

⁸ DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 76.

⁹ DRAIBE, op. cit., p. 87.

¹⁰ Segundo Celso Furtado a expansão da indústria de bens de capital no país nesse período também foi resultado da crise de 1929 e de uma ruptura política e econômica ocorrida a partir de 1930, especialmente em função expansão do mercado interno: “o crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 279. Ver também: BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011., p. 90 e seguintes.

simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das Estruturas de um Estado-nação e de um Estado Capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial¹¹.

Foi, portanto, um momento de intensa transformação política, econômica e social, que também repercutiu na forma de se observar o tempo histórico e sua possível aceleração. Em alguns textos de jornais do período, há referências ao “ritmo acelerado da vida moderna”, geralmente associada às necessidades de mudanças para acompanhar tal aceleração¹².

“Corre o tempo mais depressa; ou dá a ilusão que corre¹³”, era um dos trechos de uma poesia contida no Jornal Correio da Manhã, edição de 15 de outubro de 1931, ainda sob o Governo Provisório, que fazia alusão ao Código Eleitoral¹⁴ e a um alegado atraso com “as reformas da Constituinte” (Constituição de 1934). O tempo durante os 15 (quinze) anos do primeiro governo Vargas não parecia ser o mesmo da Primeira República. “Vou depressa/ vou correndo/ vou na toda/ que só levo/ pouca gente/ pouca gente / pouca gente¹⁵”, dizia Manuel Bandeira em seu poema “Trem de Ferro”, de 1936, o qual serviria para demonstrar, além da conquista das distâncias, as novas experiências de um “progresso” cada vez mais veloz, experimentadas pela população.

¹¹ Ibidem.

¹² Ver, por exemplo, publicação no Jornal Noite Ilustrada de Santa Catarina, em edição do mês de abril de 1935, em que dizia que as escolas catarinenses precisariam passar por adequações para se adequarem ao ritmo acelerado da vida moderna: OBRA DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO: Desenvolvimento educacional sob bases racionais e modernas. *A Noite Ilustrada*. Santa Catarina, 06 abr. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/6662>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Também no jornal Carioca, “A Noite”, que, em publicação no 11 de novembro em 1937, utilizava o ritmo acelerado da vida moderna como uma defesa para medidas adotadas pela Constituição de 1937: “Vivemos tão depressa que a rapidez dos problemas exige soluções imediatas. E a lentidão dos corpos legislativos e a sua esterilidade não se ajustam ao ritmo acelerado da vida moderna. (...) O Executivo Forte e creador é a necessidade técnica da democracia e a do próprio regimen de liberdade. Contestal-o seria travar as rodas do governo. (...)” AS INNOVAÇÕES da Constituição. *A Noite*. Rio de Janeiro, 11 nov. 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/49169. Acesso em: 10 jul. 2022.

A poesia completa estava escrita dessa maneira: A Frente do Tempo: Foi aberto o precedente/ Que já nem se estranha agora;/ O tempo p’ra toda gente/ Adeantou-se uma hora.// A idéa deu resultado?/ Justo é, leitor, que conclus:/ Pôde elle ser adeantado,/ Em vez de uma apenas, - duas// E firme com todo afinco,/ A aconselhar eu me afoito/ A avançar três, quatro ou cinco,/ Seis horas, sete horas, oito...// Que a gente que ora nos guia/ A tal empresa se afoite,/ Teremos que o meio-dia/ Passará a ser meia noite.// E toquemos na ‘adeanteira’/ Francamente, sem disfarce:/ - Como a comida e a coceira,/ Tudo está no começar-se.// Vamos ao pote com sede,/ Do amanhã sempre á porfia:/ Nas folhinhas da parede/ Adeantamos um dia...// De avançar aumenta a gana:/ Avancemos dois e três.../ Logo após, uma semana, Duas... – bolas! Todo um mês! (...) Mas, dando um golpe de mestre. Neste avanço a todo o panno, Aranha adeanta um semestre/Vem Getulio e adeanda um anno!// Corre o tempo mais depressa/ Ou da a ilusão de que corre/ (numa ilusão se começa /E noutra ilusão se morre...)// Assim, como o tempo adeanta// Brasil (Assis) dás no vinte,// Pois estarás desculpado/ De andares tão atrasado/ Com as regras da Constituinte. PINGOS E RESPINGOS: a frente do tempo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 out. 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22corre%20o%20tempo%22&pagfis=8935. Acesso em: 10 jul. 2022.

¹⁴ A referência aparece na passagem com menção a Assis Brasil.

¹⁵ BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. São Paulo: Global, 2013.

2 O TEMPO HISTÓRICO E A ACELERAÇÃO NA HISTÓRIA

O tempo histórico é diferente do tempo estruturado no calendário, o qual, conforme destacado por Cristiano Paixão, seria “puramente quantitativo, ou seja, parte de um dado início – o ano novo, advento de uma estação, uma festa religiosa, um evento geológico, o início de uma era – e serve como referência – aritmética – na contagem dos dias, meses, anos e séculos¹⁶”. O tempo histórico, conforme destaca o mesmo autor referindo-se a Koselleck, “pressupõe um elemento qualitativo, uma temporalização que ultrapassa ‘a determinação natural do tempo elaborada física ou astronomicamente’^{17 18}”.

Passado e Futuro, conforme explica Carvalho Netto,

são construções do presente, nosso passado, embora tenha determinado o horizonte de possibilidades do presente, é sempre reconstruído sob o olhar seletivo e sob as angústias do presente, como como tudo que se faz no presente é sempre construção de um futuro¹⁹.

A velocidade, todavia, em que se aproxima esse futuro pode variar, a depender do contexto de determinado período. A noção e a percepção de tempo, portanto, podem ser distintas em cada uma das épocas.

Especialmente nos primeiros anos do Governo Vargas, até o advento da Constituição de 1937, é possível perceber duas formas de aceleração, seja a registrada em tempos de crise, seja a decorrente do progresso técnico-industrial²⁰.

No campo social, estrutural e econômico, ocorreram significativas mudanças desde o Governo Provisório até 1945, a maior parte delas era orientada para o futuro e repercutiriam por décadas no contexto nacional. O país tornava-se naquele momento menos agrário com o aumento da população nas cidades e passou por uma profunda expansão da indústria – proporcionando experiência semelhante, resguardadas as devidas e naturais diferenças, à da Revolução Industrial na Europa ocorrida muitos anos antes, especialmente no tocante às comunicações.

O progresso técnico, a ampliação e construção de estradas, rodovias e expansão da malha de ferro, a ampliação do alcance da eletricidade e o aperfeiçoamento de telégrafo, correios e radiodifusão serviram para acelerar a comunicação entre as pessoas de diferentes localidades. Houve aceleração no ritmo de vida da população nacional, impulsionada pela maior

¹⁶ PINTO, Cristiano Otávio Paixão Araújo. *A dimensão temporal do direito: um estudo a partir da teoria da sociedade moderna de Nils Luhmann*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997. p. 213

¹⁷ O autor faz referência à obra KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC-Rio, 2006. p. 15.

¹⁸ *Ibidem*, p. 213.

¹⁹ CARVALHO NETTO, Menelick de. *Teoria da Constituição e Direito Constitucional*. Escritos selecionados. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021. p. 113.

²⁰ Nesse sentido, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p. 155 e 156.

autonomia em relação à natureza e pelo desenvolvimento técnico e tecnológico que se inaugurava no país, fato que contribuiu para uma experiência de abreviação do tempo²¹.

O contexto político da época, especialmente com as sucessivas “crises”, contribuiu para a percepção de aceleração. Houve uma revolução em 1930; uma tentativa de revolução constituinte em 1932; uma tentativa de golpe de estado em 1935 (intentona comunista); um golpe de estado em 1937 (Estado Novo); três constituições vigorando no período (1891, 1934 e 1937); o fechamento do Congresso em 1937; o afastamento de governadores e nomeação de interventores (1937). Aliado a isso, no plano exterior, teve início a Segunda Guerra Mundial. Em comparação às décadas anteriores, muitos fatos ocorreram em um curto período, a maior parte deles precedidos por conflitos dos mais variados. Crise é, portanto, um dos conceitos que auxilia a definir o contexto político dos anos trinta, a aceleração, por sua vez, é o conceito que define esse tempo histórico²².

O governo de Getúlio Vargas representava aquilo que Azevedo Amaral descrevia como “revolucionismo contemporâneo”, porquanto colocaria termo à marcha natural do processo “evolucionista político²³”, acelerando-o violentamente. A aceleração era sentida, inclusive, pelo próprio Amaral em 1938, quando o autor escrevia que o Estado Novo havia realizado uma transformação radical imediata e que a Nação, naquele momento, não era mais um “vasto rebanho, cujo destino era apenas pagar impostos e levar às urnas os nomes ilustres dos dinastas da República²⁴”. Vê-se, pois, que Amaral enxergava o Estado Novo como a consagração do revolucionismo que o autor dizia, anos antes, ser preciso realizar no Brasil.

É dentro desse contexto já bastante intenso do primeiro governo Vargas que passamos a analisar a radiodifusão e, em especial, o Rádio também como uma ferramenta de aceleração na história e os efeitos disso para o direito e a política.

Em seu texto sobre se existe ou não uma aceleração na história, Koselleck faz sua análise em dois momentos.

O primeiro deles é o fenômeno da “desnaturalização da experiência temporal” – a aceleração aqui seria um conceito de experiência da modernidade. A desnaturalização da experiência temporal traria a aceleração do tempo como resultado de intervenções técnicas do próprio ser humano para vencer os obstáculos da natureza – tais como a criação da locomotiva a vapor, dos teares mecânicos, dos telégrafos. Koselleck expõe que a máxima da aceleração

²¹ KOSELLECK, 2014, op. cit., p. 183-184.

²² Aqui nos fiamos à ideia de Koselleck de que a “aceleração é sempre também um conceito em perspectiva, que extrai sua evidência da comparação entre gerações contemporâneas, as quais compartilham uma expiração de experiência comum”. KOSELLECK, 2014, op. cit., p. 153. E, ainda, à concepção de que “Hoje a aceleração faz parte da nossa experiência cotidiana, graças à explosão demográfica e à capacidade técnica, assim como em consequência das alterações de regime político, hoje mais frequentes.” KOSELLECK, 2006, op. cit., p. 69.

²³ Azevedo Amaral, em sua obra *Ensaio Brasileiro*, fazia a diferenciação entre “evolucionismo e revolucionismo”. Para o autor, enquanto o evolucionismo estaria atrelado ao liberalismo e às ideias Darwinianas de determinismo evolucionista pela seleção natural, observando na sociedade uma certeza de um progresso histórico pela ação lenta das forças coletivas; o revolucionismo estaria ligado ao espírito revolucionário que marcaria o século em que viva o autor e visava a operar transformações do organismo social “por crises de mutação”. O revolucionismo não se contentaria com o vagaroso desenvolvimento evolutivo e teria como preocupação “acelerar o progresso social, fazendo-o avançar por saltos pela intervenção consciente da própria sociedade”. AMARAL, Azevedo. *Ensaio Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: OMENA & BARRETO, 1930, p. 195.

²⁴ AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 7.

começa a se tornar uma máxima geral a partir das Revoluções Francesas e Industrial, na sequência o autor passa a enumerar alguns critérios da máxima experiência formulados na época. O autor afirma que a medida mais comum e mais frequentemente mencionada para a aceleração seria o “encolhimento do espaço²⁵”, experiência que foi obtida, principalmente, pelas ferrovias, que possibilitaram “reduzir as distâncias”, e pelo processo de divisão do trabalho – que resultou em um ganho de tempo.

Conforme Koselleck, na virada do século XVIII para o XIX, já seria possível observar uma mudança na percepção do tempo e o emprego frequente do termo aceleração. Tal constatação, todavia, seria fundamentada por constatações empíricas, desacompanhadas

pelo respectivo rigor teórico e sistemático da língua cotidiana. Aparentemente, a expressão permitiria registrar uma experiência que até então não havia existido dessa forma: eis aí o aspecto decisivo da aceleração. O que pode se verbalizar aqui é primeiramente o momento de surpresa²⁶.

A pergunta a respeito da aceleração, conforme explica Koselleck, estaria inserida na pergunta mais ampla sobre “o que seria o tempo histórico. Se designarmos o progresso como a primeira categoria temporal genuinamente história – e ele o é, a despeito de suas implicações teológico-históricas –, a aceleração é uma variante específica desse progresso²⁷”.

O progresso somente seria registrado quando ocorreria de forma constante e só seria possível classificar algo como aceleração “quando as taxas, medidas nos mesmos períodos da cronologia natural, passam a aumentar geometricamente, não mais aritmeticamente²⁸”, a aceleração seria mais do que “mera mudança e mais do que mero progresso. Ela qualifica o ‘progresso da história’, expressão que só pode ser verbalizada após 1800²⁹”.

As mudanças, conforme Koselleck, seriam observáveis em todas as épocas, mas a mudança moderna, que definiria a aceleração, somente seria aquela que trouxesse uma nova “experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes³⁰”. Além disso, a aceleração seria, também, sempre um conceito em perspectiva, o qual demonstraria sua evidência através da comparação “entre gerações contemporâneas, as quais compartilham um espaço de experiência comum, mesmo que refratado³¹”.

O segundo momento descrito por Koselleck, seria a categoria de aceleração vista como instrumento do conhecimento que visava a uma teoria de crise, registrada quando da tentativa de resolução dos conflitos decorrentes da simultaneidade cronológica de fatos políticos e sociais assíncronos. Koselleck afirma que é importante distinguir a aceleração registrada em tempos de crise “da vida constitucional política” – como uma história que se repete

²⁵ KOSELLECK, 2014, op. cit., p. 149.

²⁶ KOSELLECK, 2014, op. cit. p. 152.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem, p. 153.

³¹ Ibidem.

– da aceleração decorrente dos progressos “técnico-industriais, que pode ser registrada como experiência de uma nova era”.

Por fim, Koselleck explica a “categoria da abreviação do tempo entre o apocalipse e o progresso”, dentro do qual a aceleração pode ser determinada em dois casos específicos:

Primeiro, pode ser deduzida como abreviação do tempo das expectativas ligadas às metas: nesse caso, os processos de aceleração sempre são possíveis como postulado e sempre podem ser novamente invocados malgrado sua concretização. (...) Em segundo lugar, a aceleração pode ser deduzida de comparações com contextos experimentais do passado, os quais permanecem empiricamente verificáveis e podem fornecer dados para planejamento adicionais. Nesse caso, trata-se de um conceito puramente experimental³².

3 O RÁDIO COMO LOCOMOTIVA DO TEMPO HISTÓRICO

Visto a aceleração como conceito, resta definir se a radiodifusão – no contexto brasileiro dos anos 1930 a 1945 apenas com o Rádio – seria um dos elementos capazes de acelerar o tempo histórico.

Antes dos anos 1930, o Rádio não seria um fator de aceleração tão evidente no país. Mesmo que presente no Brasil desde o começo da década de 1920, com algumas estações em funcionamento, as transmissões ainda não eram desenvolvidas com tanto rigor e profissionalismo como ocorreu a partir de 1930. Aliado aos altos custos e incertezas da atividade e em função das limitações técnicas e legais, o Rádio não atraía em seu começo o interesse de empresários brasileiros³³.

A profissionalização do Rádio fica mais evidente após a Revolução de 1930, com o desenvolvimento e modernização da infraestrutura e da legislação por meio da intervenção do Estado e o posterior barateamento dos aparelhos de rádio.

A maior parte desse processo teve início nos primeiros 4 (quatro) anos do governo de Getúlio Vargas. Assim como com diversas outras áreas estratégicas, a legislação para a radiodifusão foi totalmente reformulada durante o Governo Provisório. Foram promulgados três Decretos para o setor, notadamente, Decretos nº 20.047/30, 21.111/31 e 24.655/34,

³² Ibidem, p. 163.

³³ Ainda que com todas as suas dificuldades, já era possível notar, desde esse início, que os pioneiros do Rádio no Brasil tinham plena convicção do poderoso instrumento comunicativo que tinham em mãos, e o enxergavam como uma ferramenta de facilitação da comunicação com as classes menos favorecidas do país, conforme indica o seguinte trecho da Revista Rádio, publicado em 1924: “Não tardará o dia em que os operários das cidades e os trabalhadores da roça, hoje desamparados de qualquer conforto moral e intelectual possam, mediante um dispêndio ínfimo, receber em seus lares humildes a voz da história pátria, os conselhos de higiene, as informações da ciência traduzidas à altura do seu entendimento, a poesia e a música, que educam e fazem esquecer o que a vida sempre traz a cada um de triste, má e grosseiro... E essas mensagens de bom agouro que levantarão o moral do nosso bom povo, essas ‘palavras tónicas’ de incitamento ao progresso, mediante o qual o Brasil um dia será realmente rico pelo aumento de sua produção, garantido por gente de novo ânimo – essas mensagens de conforto, serão transmitidas pela Radio Sociedade.” Revista Radio: Revista Quinzenal de divulgação científica, v. 6, Rio de Janeiro, 1924, p. 20.

vindo, posteriormente, o tema a ser consagrado na Constituição Federal de 1934, no art. 5º, inciso VIII.

A nova legislação, mais do que regulamentar a utilização e exploração da atividade no país, dava destaque à radiodifusão, colocando-a como setor estratégico e como uma ferramenta do próprio governo para a estatalidade³⁴. As possibilidades e o alcance do Rádio, no contexto político da década de 1930, pareciam interessar ao novo Chefe da Nação, Getúlio Vargas, o qual, por meio da legislação editada no período, centralizava as concessões para a exploração de faixas de espectro no próprio Poder Executivo Federal, além de ter criado, também por meio dessa legislação, um programa nacional a ser exibido simultaneamente em todo o território entre as 20h00min e 21h00min: a Hora do Brasil, hoje chamada de “A Voz do Brasil³⁵”. O emprego da radiodifusão seria uma das formas de Getúlio vencer as dificuldades de transporte no vasto território do país e fazer-se presente simultaneamente em diferentes e distantes locais. Para as suas finalidades políticas, o Rádio poderia encurtar a distância entre o Presidente e os eleitores e reduzir a dependência dos jornais, muitos dos quais passaram a fazer oposição ao governo logo após o movimento de outubro de 1930³⁶.

As condições técnicas para o desenvolvimento do Rádio no Brasil também tiveram impulso mais perceptível durante o Governo Provisório. O número de estações de Rádio mais que dobrou no período e este passou a ter papel mais relevante no cotidiano nacional, seja para “popularizar” a música erudita, antes apenas conhecida por pessoas de classe econômica mais elevada, seja para lançar programas os mais variados e novos artistas³⁷ ou, até mesmo, a transmissão de notícias via rádio, o que antes seria apenas concebido pelos jornais.

Em comparação com os jornais, o Rádio lograria larga vantagem de alcance. As ondas e as transmissões pelo rádio poderiam chegar rapidamente a locais muito mais distantes do território nacional e alcançar número maior de pessoas ao mesmo tempo.

Além disso, a transmissão de informação por esse meio dispensaria a necessidade de alfabetização para a compreensão do que era dito, fator muito relevante ao se considerar a elevada taxa de analfabetismo do país à época. Ou seja, havia potencial para que um maior número de pessoas recebesse as informações transmitidas por esse veículo e, por conseguinte, serem retiradas da condição de completo isolamento intelectual em que muitas delas viviam. A informação poderia ser disponível a todos em todas as localidades, fazendo do rádio,

³⁴ Já tivemos a oportunidade de escrever sobre o emprego do Rádio como uma ferramenta de governo e da estatalidade durante o governo de Getúlio Vargas. Ver RIGO, Joanir Fernando. *Radiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, 2018.

³⁵ Angela de Castro Gomes também comenta o emprego da Voz do Brasil como ferramenta de Governo nesse sentido ver GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, 53-72, especialmente trecho página 64.

³⁶ Nesse sentido ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 377. Ainda sobre a oposição dos jornais, ver NETO, LIRA. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, especialmente passagens das páginas 13 a 67, que descrevem a oposição feita pelo Jornal Diário Carioca, após o episódio que culminou com seu empastelamento.

³⁷ Sobre esse contexto de artistas no Rádio ver CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

nessa perspectiva, um instrumento integralizador³⁸ da sociedade e, mais do que isso, uma ferramenta de expansão (ou mudança) da esfera pública³⁹.

Tal função é mais facilmente observada ao se considerar as dimensões territoriais do Brasil e a qualidade das vias de acesso e da comunicação da época: o deslocamento entre uma região a outra poderia demorar dias, semanas ou meses até. Os jornais, pelo seu formato de atuação, informam notícias de véspera, ou seja, informam na presente situação de um passado próximo, quando enviados ao interior do país, as suas notícias poderiam chegar muito desatualizadas. O telégrafo, por sua vez, a despeito de estar presente no cenário nacional desde muito antes dos anos 1930, possuía limitações de texto, de modo que apenas informações mais curtas poderiam ser transmitidas por ali.

O desenvolvimento da radiodifusão fez com que a comunicação entre a sociedade fosse acelerada de modo que até mesmo nas localidades mais longínquas seria possível obter rapidamente notícias dos centros urbanos e, com isso, possibilitar uma inclusão maior das pessoas no dia a dia social e político. Quanto maior fosse esse conhecimento da vida política, maior poderia ser a capacidade de o indivíduo participar da sociedade, fazendo com que novas discussões surgissem ou fossem antecipadas⁴⁰.

A própria percepção dessa aceleração já era sentida e avaliada no contexto da época, seja por figuras do meio do Rádio, seja por juristas, os quais enfocavam o papel preponderante desse veículo de comunicação para o direito e para a política ou, ainda, pelos próprios jornais, que constantemente continham matérias que tratavam do tema.

Um desses momentos de destaque para o Rádio foi, conforme Renato Murce⁴¹, observado durante a Revolução Constituinte de 1932. Na ocasião, ainda conforme o autor, a despeito de haver censura por parte do governo central e a autorização de transmissão de apenas notícias favoráveis a esse mesmo governo, era possível ouvir,

em aparelhos de ondas curtas, altas horas da noite, uma voz paulistana que narrava a realidade dos fatos. (...) era a voz de um jovem jornalista. Ocupava o microfone da rede paulista de comunicações quase que durante a noite inteira. E nos punha a par do que, de fato, vinha acontecendo⁴².

No contexto da crise de 1932, o Rádio foi, portanto, empregado tanto por governistas, como um instrumento de promoção de informações favoráveis a si próprios, quanto pelos

³⁸ Nesse sentido ver CALABRE, Lia. *O Rádio na Sintonia do Tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006, especialmente páginas 74 e seguintes.

³⁹ Ao falarmos em esfera pública estamos adotando as ideias expostas por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁴⁰ Angela de Castro Gomes escreve que, a partir da posse do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942, Alexandre Marconi Filho, a voz do Brasil teria passado a irradiar, semanalmente, uma palestra do próprio ministro, na qual ele se dirigia coloquialmente aos trabalhadores. “Falando aos trabalhadores brasileiros” tinha como objetivo básico divulgar a grande obra trabalhista do presidente, explicando aos diretamente interessados seus novos direitos. Devia ser um canal de comunicação privilegiado, rápido e sem intermediários, entre o povo e o presidente/Estado. Ver 63-64.

⁴¹ Renato Murce foi um conhecido radialista e jornalista brasileiro que atuou, principalmente, a partir dos anos de 1930.

⁴² MURCE, Renato. *Bastidores do Rádio*. Fragmentos do rádio ontem e hoje. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 36.

revoltosos (ou revolucionários), como meio para divulgar a sua versão dos fatos e convocar as pessoas a tomar partido ao seu lado no conflito.

A transmissão pelo Rádio, nesse contexto, contribuiu para que um número maior de pessoas tenha podido conhecer rapidamente as distintas versões sobre os conflitos e pudesse se posicionar em um dos dois lados. Pelo relato de Renato Murce, as irradiações paulistas eram ouvidas em outros estados além de São Paulo – como ocorria com o próprio Murce, que morava, na ocasião, no Rio de Janeiro –, de modo que a informação chegava nesses locais praticamente ao mesmo tempo em que a revolução ia progredindo. Em um dos relatos encontrados sobre a utilização do Rádio na Revolução de 1932, há a informação de que através dele a população paulista era mobilizada, e cerca de 200 mil pessoas, de diferentes locais daquele estado, teriam se disposto a lutar pelos revolucionários⁴³.

O Rádio serviu para mobilizar mais e mais rapidamente. Outro fator relevante para tal mobilização pode ter sido o emprego de hinos e a empolgação transmitida pelos oradores⁴⁴, algo que dificilmente se obteria se as notícias fossem repassadas apenas através dos jornais. Ainda que a Revolução de 1932 tenha se encerrado com a derrota dos paulistas, não se pode dizer que os seus efeitos não foram sentidos pelo governo, que tratou de agilizar as mudanças pedidas, tais como o Código Eleitoral e a instauração da Assembleia Constituinte.

No campo da política e do direito, a preocupação com a mobilização das massas através da nova tecnologia era sinalizada por Francisco Campos, o qual dizia, em sua obra “O Estado Nacional”, ser possível transformar toda a opinião pública em um estado de delírio ou alucinação coletiva, através dos instrumentos de “propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de

⁴³ A informação a respeito do número de pessoas que se apresentaram para a luta pelo lado paulista está contida no site da Assembleia Legislativa de São Paulo, conforme o seguinte trecho destacado: “Na capital de São Paulo e em diversas cidades do interior a mobilização foi total, com a adesão da população, que voluntariamente colaborou sem medir esforços. Nada menos que 200 mil homens se apresentaram para lutar, mas não havia armas para todos; somente perto de 30 mil puderam efetivamente ser aproveitados. A mulher paulista participou ativamente, não só costurando uniformes, como também nas cozinhas, em enfermarias, e na confecção dos conhecidos capacetes de aço”. RIBEIRO, Antônio Sérgio. *A Revolução de 1932. Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo*. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=297456>. Acesso em: 6 jan. 2022.

⁴⁴ Nesse sentido, ver: COSTA, Edwaldo; GOMES, Gabriel Henrique Silva. *Rádio e Vargas em Sintonia*. In Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Bauru, 2013. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1544-1.pdf>. Acesso em 06 jan. 2022. Lira Neto descreve uma versão um pouco mais ampla sobre a atuação da imprensa paulista no período, destacando o conteúdo das transmissões de Rádio e de editoriais de jornais, ver: NETO, LIRA. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, especialmente página 77 “Enquanto se desdobravam as negociações entre Oswaldo Aranha e Pedro Toledo, jornais e emissoras de rádio paulistas evocavam o mito histórico dos antigos bandeirantes como principal apelo à mobilização popular. A cada nova edição, o noticiário vinha atulhado de menções às ‘glórias ancestrais’ e à ‘bravura de Anhanguera e Borba Gato’. A autoestima da população era habitualmente instigada por editoriais que propunham uma espécie de vingança histórica contra a derrota sofrida durante a Guerra dos Emboabas, no início do século XVIII. (...) O discurso nativista, mesclava ufanismo, xenofobia e indignação cívica, seduziu estudantes, convenceu as camadas médias, reagrupou de vez as elites”.

grande tiragem, a radiodifusão, o cinema (...). Tal mobilização, conforme Campos, prescindiria da necessidade de contato físico, que conferia ao homem “dom aproximado ao da ubiquidade⁴⁵”.

Também por isso eram tantos os esforços do governo para tentar controlar a informação que por ali poderia ser transmitida. Durante o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) realizava censura prévia em jornais e estações de rádio, de modo a evitar a divulgação de notícias políticas que pudessem macular a imagem ou depor contra o governo, ao mesmo tempo em que se promovia propaganda favorável ao Executivo Federal⁴⁶.

A censura poderia representar, naquele contexto, um freio na aceleração ou uma tentativa deliberada de direcionar o curso histórico para determinado fim pretendido pelos homens do Estado. Seria uma tentativa de controle do tempo histórico – o político pelo menos – pela limitação e direcionamento da informação. A propaganda, por sua vez, poderia enraizar narrativas e estimular comportamentos favoráveis ao governo – como a oposição aos inimigos políticos locais e a defesa ou conformação com os atos do próprio Vargas e seus Ministros à frente da gestão do Estado.

Os efeitos do Rádio no cotidiano brasileiro puderam ser sentidos nos mais variados campos. Victor Nunes Leal, em sua obra “Coronelismo Enxada e Voto”, explica que no meio rural a propaganda transmitida através da radiofonia ensejava “traições” dos empregados dos fazendeiros, os quais passavam a votar em contrariedade com os interesses dos patrões⁴⁷.

Nos próprios jornais das décadas de 1930 e 1945 também há pistas dessa influência e do papel que o Rádio passou a desempenhar para o país. Em publicação na Revista “Carioca”, de 17 de setembro de 1938, o Rádio era apresentado como “o fator máximo na propaganda do progresso na terra⁴⁸”, por meio do qual “o habitante das mais afastadas localidades está imediatamente ao par das novidades musicais, literárias, artísticas, noticiosas ou científicas,

⁴⁵ “É possível hoje, com efeito, e é o que acontece, transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis, precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom aproximado ao da ubiquidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos de espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão. Durante toda a fase de campanha ou de propaganda política, toda a Nação é mobilizada em estado multitudinário. Nessa atmosfera de conturbação emotiva, seria ridículo admitir que os pronunciamentos da opinião possam ter outro caráter que não seja o ditado por preferências ou tendências de ordem absolutamente irracional. Já se disse das campanhas presidenciais americanas, para traduzir o ambiente desordenado em que se processam, que cada uma delas é uma libertinagem que dura quatro meses. A opinião não pode manifestar-se sobre a substância de nenhuma questão. Ela toma simplesmente o seu partido, e por motivos tão remotos ou estranhos a qualquer nexos lógico ou reflexivo, que se torna ininteligível ou irreduzível a termos de razão o processo das suas inferências.” CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 216.

⁴⁶ A respeito da utilização da propaganda, ver: CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, fls. 167-178. No artigo, a autora comenta a utilização da propaganda especialmente durante o Estado Novo, que teria como efeito visado “a conquista do apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe”, p. 170.

⁴⁷ Vide LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto*. O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 57.

⁴⁸ PUSTILNIK, Maria S. Rádio e o Progresso Humano. *Carioca*, Rio de Janeiro, v. 152, p. 46-46, 17 set. 1938. Semanal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830259/9160>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ocorridas no outro extremo do mundo⁴⁹”. Por meio dessa ferramenta, destacava a mesma publicação, as pessoas estariam unidas “pelo desejo quase que instintivo de querer saber o que se passa além, no momento preciso em que se dá o fato, constituindo assim, o precioso laço fraterno entre os homens⁵⁰”.

Além do desejo da informação cada vez mais recente, em termos culturais, também é possível notar um desenvolvimento mais acentuado após o advento do Rádio. A música, as radionovelas e os programas de humor foram popularizados, novos artistas surgiram na década de 1930, como Carmen Miranda, Noel Rosa, Almirante⁵¹ e tantos outros. A percepção social dessa função do Rádio também é possível encontrar em publicações em jornais, alguma das quais, além de enaltecer o veículo como difusor da cultura popular brasileira, diziam que este poderia ter emprego também para o ensino⁵².

Os programas de rádio passaram a ser cada vez mais frequentes no país – especialmente com ampliação da publicidade⁵³ –, com um alcance de pessoas antes inimagináveis⁵⁴. Ainda que não se possa afirmar, apenas com as fontes aqui investigadas, que o Rádio tenha modificado a cultura nacional, não é equivocado dizer que este colaborou para a aceleração do ritmo das mudanças no desenvolvimento cultural brasileiro.

■ CONCLUSÃO

A radiodifusão serviu, portanto, juntamente com outras tecnologias, para a conquista das distâncias⁵⁵, sendo, talvez, possível atribuir ao Rádio, no contexto dos anos 1930 a 1945, a função de aceleração do tempo histórico. As informações passaram a ser repassadas e recebidas quase que simultaneamente aos fatos. As ondas de Rádio seriam capazes de vencer as distâncias e as dificuldades de acesso às regiões mais distantes. Além disso, o meio dispensaria

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ver MURCE, op. cit. p. 37.

⁵² Nesse sentido ver publicação no Jornal do Brasil, de agosto de 1936, contendo a descrição de uma entrevista com um professor chamado Ariosto Espinheira. No final do texto, havia uma opinião que parecia ser do próprio redator: “Não se pode desprezar o concurso do rádio na difusão da cultura popular. Só o estado de atraso em que nos achamos explica a indiferença com que os departamentos do ensino não utilizam intensamente o rádio para estender por todo o Brasil uma rede de comunicações de cunho educativo. (...)”. EDUCAÇÃO E ENSINO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 ago. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/67676. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁵³ Sobre o investimento em publicidade no Rádio, ver: ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985, p. 13-17.

⁵⁴ Não por acaso uma publicação no jornal Diário de Notícias, em 1933, ao enfatizar a aplicação das ciências e comentar sobre a possível vinda da televisão, dizia que “(...) Demosthenes durante sua vida inteira não teve tantos ouvintes, como os que ouvem ‘Amos and Andy’, pelo rádio em uma noite. Napoleão e o Kaiser Guilherme, seguidos de seus esplendidos séquitos, não foram tão admirados quanto Richard Dix na película ‘Cimarron’(...)”. ANDRADE, R. de. Em Torno da Televisão. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 jul. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/15434. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁵⁵ Também no sentido aqui defendido, ver: BRIGGS, Asa.; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 175: “A distância foi conquistada quando as informações relativas a famílias, negócios, assuntos de governo, clima e desastres naturais ou produzidos pelo homem puderam ser transmitidas, em geral sob a forma de notícias”.

a necessidade de alfabetização para que as mensagens fossem minimamente compreendidas. Nos já agitados anos 1930 a 1945, a radiodifusão através do Rádio representou um elemento de integração e expansão da esfera pública ao mesmo tempo em que modificava a percepção do correr do próprio tempo.

Com isso, é possível atribuir à radiodifusão uma parte do processo de aceleração de transformações sociais do período estudado e talvez não seja tão ousado afirmar que o Rádio representou, naquele contexto, o mesmo (ou algo similar) que a locomotiva descrita por Koselleck.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. *O Ciclo Revolucionário do Ministério de Viação*. Fundação Casa de José Américo, 1982.

AMARAL, Azevedo. *Ensaio Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: OMENA & BARRETO, 1930.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

ANDRADE, R. de. Em Torno da Televisão. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 20-20. 16 jul. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/15434. Acesso em: 10 jul. 2022.

AS INNOVAÇÕES da Constituição. *A Noite*. Rio de Janeiro, 11 nov. 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/49169. Acesso em: 10 jul. 2022.

BANDEIRA, Manuel. *Antologia Poética*. São Paulo: Global, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. Tentativa de Instituição da Democracia de Massas no Brasil: Instabilidade Constitucional e Direitos Sociais na Era Vargas (1930-1945). In: FONSECA, Marcelo; SEELAENDER, Airton (orgs.). *História do Direito Público em Perspectiva*. Do Antigo Regime à Modernidade. Curitiba: Juruá, 2012.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CALABRE, Lia. *O Rádio na Sintonia do Tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, fls. 167-178.

CARVALHO NETTO, Menelick de. *Teoria da Constituição e Direito Constitucional*. Escritos selecionados. Belo Horizonte: Conhecimento, 2021.

COSTA, Edwaldo; GOMES, Gabriel Henrique Silva. *Rádio e Vargas em Sintonia*. In Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Bauru, 2013. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1544-1.pdf>. Acesso em 06 jan. 2022.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

EDUCAÇÃO E ENSINO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 ago. 1936. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/67676. Acesso em: 10 jul. 2022.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, 53-72.

HABERMAS, Jürgen. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOCHHEIM, Bruno Arthur. *Federalismo, centralização e intervenção estatal: os debates na Comissão do Itamaraty (1932-1933)*. 2017. 342 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC-Rio 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MURCE, Renato. Bastidores do Rádio. *Fragmentos do rádio ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OBRA DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO: Desenvolvimento educacional sob bases racionais e modernas. *A Noite Ilustrada*. Santa Catarina, 06 abr. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/6662>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985, p. 13-17.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PUSTILNIK, Maria S. Rádio e o Progresso Humano. *Carioca*, Rio de Janeiro, v. 152, p. 46-46, 17 set. 1938. Semanal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830259/9160>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PINGOS E RESPINGOS: a frente do tempo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 out. 1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22corre%20o%20tempo%22&pagfis=8935. Acesso em: 10 jul. 2022.

PINTO, Cristiano Otávio Paixão Araújo. *A dimensão temporal do direito: um estudo a partir da teoria da sociedade moderna de Niklas Luhmann*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. *A Revolução de 1932. Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo*. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=297456>. Acesso em: 6 jan. 2022.

RIGO, Joanir Fernando. *Rádiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.